

NACIONALIZAÇÃO DE DRAWBACK

De acordo com a IN SRF 680/2006, Art 46, inciso I, item a, só serão aceitos os pedidos de nacionalização de mercadorias sob o regime de drawback suspensão de empresas beneficiárias cuja matriz esteja sob jurisdição da DELEX.

IMPORTANTE:

- Toda a documentação deve ser apresentada em formato compatível com o processo digital, conforme as orientações presentes no "ROTEIRO E-PROCESSO - CONTRIBUINTE" constante deste CD.
- A lista de documentos abaixo já está separada de acordo com a estrutura de arquivos presente no roteiro acima mencionado. Por exemplo, os documentos citados no item "C – DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO" devem ser digitalizados em um único arquivo PDF e gravados com o nome de DOC_Identificação.PDF.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

A – PETIÇÃO

(NOME DO ARQUIVO: Peticao.PDF)

1. Petição em forma livre solicitando, em nome da empresa requerente, assinada por seu(s) representante(s) com poderes para tal, endereçada ao Delegado da DELEX, solicitando a retificação da DI e detalhando as alterações a ser efetuadas.

Obs.: Na petição deverão constar razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail atualizados do Solicitante para contato;

B – DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

(NOME DO ARQUIVO: Doc_identificacao.PDF)

2. Documento de identificação dos signatários das petições e do READ;
3. Instrumento de outorga de poderes para representação da pessoa jurídica, se algum documento for assinado por procurador;
4. Ato constitutivo da pessoa jurídica e suas alterações ou sua última consolidação e alterações, se houver;

C – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

(NOME DO ARQUIVO: Doc_Comprobatorios.PDF)

5. Certidão simplificada ou específica emitida pela Junta Comercial, expedida há no máximo 90 dias;
6. Declaração de Importação (capa + dados complementares + adição (ões) objeto de retificação);
7. Documentos comprobatórios do recolhimento dos tributos e contribuições administrados pela RFB resultantes da retificação (DARFs);
8. Documento comprobatório do recolhimento ou da exoneração de pagamento do ICMS resultante da retificação;
9. Planilha demonstrativa dos cálculos efetuados para o recolhimento dos tributos e contribuições, inclusive do ICMS;
10. Autorização expressa do órgão responsável, em caso de nacionalização de mercadoria sujeita a controle especial na importação;

D – READ – RECIBO DE ENTREGA DE ARQUIVOS DIGITAIS

(NOME DO ARQUIVO: Read_Assinado.PDF)

11. READ em papel. Se o READ for assinado digitalmente, também deve ser gravado como PDF no mesmo dispositivo de entrega (CD, PEN DRIVE), com o nome READ-Assinado.PDF. Caso o READ ou a procuração que dá poderes para o representante assinar o READ não estejam com reconhecimento de firma, apresentar o original ou cópia autenticada do documento de identificação do(s) respectivo(s) signatário(s), em papel, para conferência de assinatura(s).

Observações:

- Adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico – DTE, no e-CAC (Ver item 2 no ROTEIRO E-PROCESSO - CONTRIBUINTE). Não é necessária a apresentação de comprovante da adesão, mas a falta da adesão é motivo de indeferimento do pedido;
- Qualquer documento apresentado deverá estar em conformidade com a cláusula de administração dos contratos da empresa, devendo estar assinado por quantos sócios ou procuradores forem estipulados na mencionada cláusula;
- **A não apresentação de qualquer um dos documentos acima mencionados deve ser justificada por escrito.**
- Nos casos de recurso contra decisão no processo, este deve ser apresentado em formato compatível com o processo digital, conforme as orientações presentes no "ROTEIRO E-PROCESSO – CONTRIBUINTE" constante deste CD e deverá conter, obrigatoriamente, uma petição de instrução do recurso, informando o número do processo ao qual o recurso se dirige.
- A partir de 21 de março de 2016, de acordo com o Art. 2º, parágrafo 3º da IN RFB Nº 1608/2016, **as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado deverão fazer a juntada de documentos a processo ou dossiê digital de atendimento no e-CAC, através do Programa Gerador de Solicitação de Juntada de Documentos (PGS)**. Assim, nesses casos não ocorrerá a recepção de recursos na RFB.
- **A assinatura firmada no READ é a prova de que as informações contidas nos arquivos digitais foram prestadas pelo signatário e é o ateste do contribuinte, sob as penas da lei, de que as imagens entregues sem a expressão "cópia simples" são imagens obtidas de documentos originais que estão em seu poder, ficando resguardado à RFB, a qualquer momento, o direito de solicitar os documentos originais, conforme prescrito no § 3º do artigo 1º da Portaria MF nº 527, de 9 de novembro de 2010.**